

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# A institucionalização do pensamento social e os institutos extra-universitários: derrotas acadêmicas e vitórias políticas do conservadorismo culturalista (1934-1954)

Aurélio Oliveira

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17675>

Submetido em: 2026-08-27

Postado em: 2026-08-27 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL E OS INSTITUTOS EXTRA-UNIVERSITÁRIOS: DERROTAS ACADÊMICAS E VITÓRIAS POLÍTICAS DO CONSERVADORISMO CULTURALISTA (1934-1954)**

**AURÉLIO DE SOUZA OLIVEIRA,**

**ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7817-3927>**

**<aureliosoliv@gmail.com>**

**Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo (SP), Brasil**

**RESUMO:** Examina-se o primeiro concurso para a cátedra de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), aberto em outubro de 1949, mês em que Miguel Reale, então reitor, fundava o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). O certame foi encerrado apenas em 1954, com a desclassificação, por insuficiência de títulos, de todos os candidatos ligados ao instituto. Sustenta-se que as fronteiras entre o instituto extra-universitário e a faculdade não preexistiam ao certame pois, até 1949, os dois grupos publicavam nas mesmas revistas, frequentavam os mesmos cursos livres e formavam os mesmos alunos. A análise documental dos anuários da FFCL, da *Revista Brasileira de Filosofia*, da imprensa paulista e da correspondência entre candidatos e membros da banca articula-se à reconstituição das trajetórias dos quadros do IBF, da FFCL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Argumenta-se que a polêmica travada nos anos 1940 entre Reale e João Cruz Costa acerca da existência de uma tradição filosófica brasileira foi uma disputa sobre a legitimidade para a produção filosófica, e que o concurso a estabeleceu um critério que excedia as reivindicações de legitimidade de ambos os lados: o título acadêmico. A derrota acadêmica, contudo, foi simultânea – e não anterior – ao exercício de funções de Estado pelos mesmos intelectuais, cuja atuação se estenderia das secretarias estaduais ao complexo IPES/IBAD.

**Palavras-chave:** Instituto Brasileiro de Filosofia; Universidade de São Paulo; pensamento conservador brasileiro; história da educação; sociologia dos intelectuais.

## **THE INSTITUTIONALIZATION OF BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT AND THE EXTRA-ACADEMIC INSTITUTES: ACADEMIC DEFEATS AND POLITICAL VICTORIES OF CULTURALIST CONSERVATISM (1934-1954)**

**ABSTRACT:** The paper examines the first competitive selection process for the chair of Philosophy at the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL) of the University of São Paulo (USP), announced in October 1949, the same month in which Miguel Reale, then rector, founded the Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). The process was concluded only in 1954, with the disqualification, for insufficient credentials, of every candidate connected to the institute. This article maintains that the boundaries between the extra-academic institute and the faculty did not precede the contest, since until 1949 both groups published in the same journals, attended the same open lecture courses and trained the same students. Documentary analysis of the FFCL yearbooks, the *Revista Brasileira de Filosofia*, the São Paulo press and the correspondence between candidates and members of the examining board is combined with a reconstruction of the trajectories of the cadres of the IBF, the FFCL and the Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). It is argued that the polemic waged during the 1940s between Reale and João Cruz Costa over the existence of a Brazilian philosophical tradition was a dispute over legitimacy in philosophical production, and that

the examination established a criterion that exceeded the claims to legitimacy of both sides: the academic credential. Academic defeat, however, was simultaneous with – and not prior to – the exercise of state functions by the same intellectuals, whose activity would extend from state-government secretariats to the IPES/IBAD complex of business-funded anticommunist institutes.

**Keywords:** Brazilian Institute of Philosophy; University of São Paulo; Brazilian conservative thought; history of education; sociology of intellectuals.

## INTRODUÇÃO

Criada em 1934, a Universidade de São Paulo (USP) incorporou a Faculdade de Direito (FD) de São Paulo, existente desde 1827, e instituiu ao seu lado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), marco importante para a institucionalização da Filosofia e das Ciências Sociais no Brasil, campos em que até então prevaleciam as produções dos juristas (Miceli, 1987; Pécaut, 1990; Arantes, 1994). Em outubro de 1949, na condição de reitor da USP, Miguel Reale fundou o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), em cerimônia de instalação na sala João Mendes, na FD. Estiveram presentes os então diretores e docentes da FFCL e da FD, bem como Pontes de Miranda e Hélio Jaguaribe, cofundadores do IBF (INSTALOU-SE..., 1949, p. 1).

Simultaneamente à fundação do IBF, também em outubro de 1949, publicou-se o edital do primeiro concurso para a cátedra de Filosofia da FFCL. Cinco dos seis inscritos para este concurso gravitavam em torno do IBF<sup>1</sup>, inclusive o modernista Oswald de Andrade. Ao final do certame, em 1954, todos os candidatos vinculados ao IBF foram desclassificados por insuficiência de títulos, e a cátedra coube ao único candidato doutor em filosofia, João Cruz Costa – o primeiro aluno a se matricular no curso de filosofia da FFCL em 1934 –, que já ocupava, desde 1941, a cadeira disputada (ANUÁRIO, 1953, v. 1, p. 38). Naquele mesmo mês, a legislação federal<sup>2</sup> passou a prever que as congregações de institutos com poucos professores efetivos, como era o caso da FFCL, deveriam ser complementadas por professores de outros institutos ou por pessoas com notório saber no tema. Até então, a faculdade não podia julgar a própria cátedra, porque a competência cabia ao Conselho Universitário, presidido pelo reitor – que era Miguel Reale, presidente do IBF.

---

<sup>1</sup> Oswald de Andrade – que submeteu sua tese *A crise da filosofia messiânica* –, Luís Washington Vita, Renato Cirell Czerna, Heraldo Barbuy e Vicente Ferreira da Silva. Todos eventualmente se tornariam bacharéis em direito pela FD/USP, e Czerna e Barbuy se tornaram professores da USP nas décadas seguintes, na Faculdade de Direito e de Economia, respectivamente. Roland Corbisier chegou a ser considerado um possível candidato, mas não se inscreveu (GRIFO 7, 1949).

<sup>2</sup> Lei nº 851, de 7 de outubro de 1949.

A qualidade de “extra-universitário” que atribuo ao IBF diz respeito à disputa pelo monopólio sobre aquilo que contaria como produção legítima de pensamento, num momento em que a filosofia se encontrava em fase de institucionalização. A exterioridade não está, portanto, no caráter institucional ou espacial do IBF, mas na criação de ambientes capazes de rivalizar com os quadros da FFCL, que ainda estavam em formação, na disputa por legitimidade no pensamento nacional. Isso porque os membros do IBF tinham acesso à universidade, embora se organizassem também fora dela, e tenham denunciado a sua (suposta)<sup>3</sup> exclusão da academia por décadas.

O concurso foi um episódio da disputa entre filósofos especializados e “filosofantes” (Cruz Costa, 1945, p. 47-48) pela “definição legítima da atividade filosófica” (Rodrigues, 2011, p. 71) no Brasil. Era um prolongamento do debate travado ao longo dos anos 1940 por Reale e Cruz Costa, que reivindicavam a mesma linhagem – a de Sílvio Romero, Farias Brito, Tobias Barreto e Clóvis Beviláqua –, mas divergiam sobre o que ela significava: para Reale, uma tradição jusfilosófica brasileira original; para Cruz Costa, a ausência de encadeamento na filosofia nacional, que se limitava à reprodução acrítica de doutrinas importadas. A disputa pelo *significado* dessa herança comum não possuía critério interno capaz de decidi-la, e a contenda foi retomada através de disputas regimentais e administrativas.

No espírito da redemocratização pós-Estado Novo, o IBF pretendia-se plural, mas tornou-se gradualmente um polo produtor e divulgador de um conservadorismo culturalista (Paim, 1995; Reale, 2000; Lynch, 2026), especialmente após 1964, mobilizando a *cultura* como categoria ontológica e axiológica da experiência humana, em oposição declarada ao positivismo cientificista e à profissionalização do trabalho intelectual. Desde que ingressara no corpo docente da FD em 1941, Reale criticou o positivismo jurídico de seus colegas, apresentando o seu “hodierno culturalismo jurídico em sua feição realista” (Reale, 1941, p. 26) enquanto continuação do “culturalismo jurídico da Escola do Recife, culturalismo de caráter naturalista e empírico” (Reale, 1962, p. 106, nota 23).

Reale reivindicou a linhagem porque era ela que qualificava o jurista enquanto herdeiro de uma casta que se pretende contínua e autônoma frente às mudanças políticas – intelectuais tradicionais, nos termos de Gramsci; Cruz Costa preferiu negá-la porque a ausência de liame histórico é o que autoriza o profissional formado a começar sua própria linhagem do zero. É essa

---

<sup>3</sup> Além do reitor, outros membros do IBF ocupavam, quando da fundação do instituto, o comando administrativo da USP – Vicente Ferreira da Silva, cofundador do IBF, por exemplo, fora nomeado um mês antes para o cargo de diretor da Divisão Cultural da Reitoria da USP (REITORIA..., 1949, p. 2).

permanência dos intelectuais tradicionais no interior do aparelho de Estado e sua simultânea (e incompleta) marginalização acadêmica que o trabalho pretende documentar.

Argumenta-se, a partir dos achados empíricos, que as fronteiras que o concurso desenhou não existiam antes dele, e permaneceram permeáveis depois dele. Retirou-se a legitimidade da linhagem e todos os candidatos sem título foram eliminados. A derrota, contudo, foi simultânea – e não anterior – ao exercício de funções de Estado pelos mesmos intelectuais, que ocupavam cargos de reitor, lideranças de partido, secretarias estaduais e, três meses após o certame, o Ministério da Educação e Cultura (MEC).

O aparato teórico-metodológico deste trabalho é inspirado na historiografia dos intelectuais, dos periódicos e da disputa por hegemonia sobre a cultura de Antonio Gramsci, que formulou seu método a partir do estudo do pensamento de Benedetto Croce e de sua capacidade de articular intelectuais italianos por meio de institutos e revistas (Bianchi, 2019). E foi precisamente a Croce que o IBF recorreu para justificar a existência de institutos complementares (Croce, 1951), além de Jean Wahl e José Ortega y Gasset (Wahl, 1951; Ortega y Gasset, 1951)<sup>4</sup>. O corpus reúne os anuários da FFCL; os periódicos *Revista Brasileira de Filosofia* e, subsidiariamente, *Diálogo* e *Convivium*; os jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de S. Paulo*; e a correspondência entre Cruz Costa e Arthur Versiani Velloso, membro da banca, acessada por fonte secundária (Oliveira, 2012). A análise documental articula-se à reconstituição de trajetórias dos candidatos e dos quadros da FFCL, do IBF e do ISEB.

O artigo divide-se em três seções: a primeira reconstitui a coexistência das duas linhagens na USP de 1934 e a polêmica entre Reale e Cruz Costa sobre a herança de Barreto, Romero e Beviláqua (1943-1948); a segunda trata do concurso como arena (1949-1954) e dos círculos extra-universitários paulistas e seus modelos transnacionais; a terceira acompanha os desdobramentos políticos do IBF, da FFCL e do ISEB, a partir de 1954, retomados nas conclusões até 1969.

## 1. REALE, CRUZ COSTA E O INVENTÁRIO DA FILOSOFIA BRASILEIRA

Na cerimônia de instalação do IBF, Martial Gueroult, professor da Sorbonne e então docente da FFCL, proferiu uma conferência sobre “Bergson em face da filosofia atual” (INSTALOU-SE..., 1949, p. 1). No início da década, Corbisier, Ferreira da Silva e Antonio Candido – então estudante da FFCL –, publicavam juntos na revista *Clima* desde os primeiros volumes em 1941. No ano seguinte, os futuros cofundadores do IBF Vicente Ferreira da Silva e Roland Corbisier – já bacharéis pela

---

<sup>4</sup> Jean Wahl fundou o Collège philosophique de Paris em 1946, e José Ortega y Gasset o Instituto de Humanidades de Madri, em 1948.

mesma FD – figuram entre os alunos do 1º ano do curso de Filosofia da FFCL, onde Laerte Ramos de Carvalho, assistente da cadeira de Filosofia e um dos primeiros antagonistas do IBF, cursava o 3º ano (ANUÁRIO, 1953, v. 2, p. 722-725) – e seu orientador, Cruz Costa, já ocupava a cátedra que seria disputada no concurso.

Havia também permeabilidade nos círculos através dos quais os autores publicavam as suas ideias. Em agosto de 1943, Cruz Costa proferiu na FFCL a conferência que inicia a sua coletânea *A filosofia no Brasil* (1945)<sup>5</sup> e, em 1946, publicou no *Boletim* da FFCL uma conferência que proferiu na Biblioteca Municipal – palco do I Congresso Brasileiro de Filosofia, promovido pelo IBF em 1950 – sob o título “O pensamento brasileiro” (Cruz Costa, 1946). Diante da incipiente institucionalização da filosofia, o filósofo também circulava suas ideias através da imprensa, dos cursos livres e dos periódicos universitários, exatamente como os “filosofantes” com quem rivalizava.

Dedicado à memória de Sílvia Romero, *A Filosofia no Brasil* (Cruz Costa, 1945) reproduz o mesmo título do opúsculo que Romero publicara em 1878 – e que Reale também cita (Reale, 1947, p. 79, nota 36). Cruz Costa descreve Beviláqua como “um dos primeiros, senão o primeiro” (Cruz Costa, 1945, p. 166) a compreender que a experiência filosófica nacional seria composta por uma sequência de fracassos; do sensualismo de Condillac ao “germanismo de segunda ordem” da Escola do Recife, “não tivemos nem podíamos ter filósofos. Tivemos filosofantes” (Cruz Costa, 1945, p. 70); restritas às elites e importadas diretamente da Europa, as ideias no Brasil “não descendem uma das outras, não as liga um liame histórico” (Cruz Costa, 1956, p. 81). Para Cruz Costa, a filosofia não podia existir num país ocupado em construir-se e, quando viesse, não surgiria “dos ‘cimos elevados da metafísica’ em que se comprazem os que sonham, mas das condições reais e concretas da nossa existência, daquela que realmente vivemos” (Cruz Costa, 1945, p. 167).

Reale responde a Beviláqua (e a Cruz Costa) a partir de 1947, após a republicação do estudo de Beviláqua citado por Cruz Costa (1945, p. 63, nota 48), utilizando o mesmo título – “A doutrina de Kant no Brasil” (Mussi; Oliveira, 2025). Seu argumento é que o pensamento kantista, através da tradição jusfilosófica, influenciou na formação cultural brasileira “especialmente nos domínios da Jurisprudência, de maneira mais acentuada do que o afirmara Clovis Beviláqua” (Reale, 1948, p. 113), sendo “à sombra acolhedora da Jurisprudência” que melhor se desenvolviam as cogitações filosóficas no país (Reale, 1947, p. 51). Para o fundador do IBF, “os Seminários cediam lugar às

---

<sup>5</sup> A obra de Cruz Costa reúne artigo de 1938 saído em *Filosofia e Letras*, revista da própria FFCL; resenha de 1942 do livro de Sylvio Rabello sobre Farias Brito, na *Revista Bibliográfica* da USP; a conferência de 1943; e artigos da *Folha da Manhã* e de *O Estado de S. Paulo*, entre os quais a homenagem a Beviláqua (Cruz Costa, 1945, p. 15, 75, 93 e 107).

Escolas de Jurisprudência; a mentalidade do padre, à do bacharel”, e as Faculdades de Filosofia deveriam, “com o decorrer do tempo, tomar o lugar antes preenchido no Brasil pelos Seminários e pelas Faculdades de Direito, sem que nestas entidades venha a se estancar a seiva da inquietação filosófica” (Reale, 1962, p. 20; p. 39) – a criação da FFCL não fundava e nem terminava a linhagem que descia até ele.

Embora ambos adotem uma leitura contextual da história, Cruz Costa privilegia a historiografia das ideias a partir “do exame minucioso das nossas transformações histórico-sociais” (Cruz Costa, 1945, p. 75), de modo que compreender uma doutrina exige levar em conta “a sua história, aquilo que lhe dá desde logo um sentido, que a coloca no complexo das realidades humanas” (ibid., p. 115). Citando “o líder máximo da Revolução” – Lênin – Cruz Costa valoriza o processo de enriquecimento da “cultura intelectual” da União Soviética, precedida pela melhora nas “condições de vida material e moral” (Cruz Costa, 1945, p. 175-176), mérito que atribuiu aos intelectuais soviéticos.

Reale também mobilizava as ideias a partir de suas condições de elaboração, mas recusava a determinação da segunda sobre a primeira, recorrendo a Ortega y Gasset para retirar a filosofia crítica da condição de “produto” do capitalismo. Reale mobiliza o par como “criações paralelas de um tipo humano” (Ortega y Gasset *apud* Reale, 1948, p. 115), afastando expressamente o materialismo histórico, sem rejeitar a historicidade. Ao contrário de Cruz Costa, não priorizava as alterações materiais na sociedade brasileira entre os anos 1920 e a redemocratização pós-Estado Novo. Sua crítica à tese de Beviláqua se vale de critérios internos, apontando lacunas no interior da obra e do pensamento do autor para criticar o seu mestre, uma vez que permanecer no interior da linhagem é justamente o que o autoriza a falar de filosofia.

Cruz Costa também dedica críticas a Farias Brito, através de comentários à tese de Tasso da Silveira – outro ex-integralista – de que o cearense seria “o intérprete da nossa consciência nacional” (Cruz Costa, 1945, p. 65-66 e 93). Ao contrário, sustenta que as forças “ditas espiritualistas” encontraram em Farias Brito “um ponto de apoio para a sua progressiva e segura reorganização” (ibid., p. 67 e 104). Em nota do estudo de 1947, citando o próprio Cruz Costa, Reale arrola as tendências que se valeram de Brito enquanto “ponto de partida de posições espirituais autônomas, como as de Jackson de Figueiredo, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Plínio Salgado” (Reale, 1947, p. 53, nota 3). A partir do mesmo cânone, Cruz Costa desvaloriza a tradição espiritualista – e

católica, com repercussões integralistas – que Reale descreve como constitutiva de uma linhagem fundamental do pensamento político-filosófico.

Em 1946, no mesmo *Boletim* em que saiu a conferência de Cruz Costa, Laerte Ramos de Carvalho publicou “A lógica de Monte Alverne”, estabelecendo que o Compêndio do frade franciscano era, em grande medida, uma “tradução, sem indicação da procedência, do livro [*Institutiones philosophiae ad usum seminariorum et collegiorum*] de [Para] du Phanjas”, (Carvalho, 1946, p. 58). Dois anos depois, Reale refez a mesma demonstração, com a mesma obra, sem referenciar o estudo da FFCL (Carvalho, 1946; Reale, 1948, p. 125-126). Não é possível afirmar que a omissão de Reale tenha sido proposital; no mínimo, os autores compartilhavam o mesmo método filológico e o mesmo objeto, publicando em canais separados (mas da mesma universidade), sem um foro comum em que pudessem se confrontar. O concurso de 1949 tornou inadiável o enfrentamento direto e, por isso mesmo, foi o lugar em que a disputa deixou de ser apenas filosófica.

## 2. O CONCURSO DA CÁTEDRA DE FILOSOFIA COMO ARENA (1945-1954)

Reportagens da *Folha da Manhã* de outubro de 1949 ilustram as preparações para a contenda. No dia 1º, uma reunião de tratativas para a realização do I Congresso Brasileiro de Filosofia (CBF) na Biblioteca Municipal, com apoio da Reitoria da USP, trouxe a primeira menção ao IBF e os nomes da comissão encarregada, que incluía o candidato L. W. Vita (I CONGRESSO..., 1949, p. 7). No dia seguinte, noticiava o “proximo concurso universitario (...) para preenchimento definitivo da cadeira de Filosofia” da FFCL e arrolava, dentre os prováveis candidatos, “João Cruz Costa, atual regente da cadeira” e, da aliança ibeefiana, “Euríalo Canabrava, [Leonardo] Van Acker, Luis Washington, Osvaldo de Andrade, Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva” (GRIFO 7, 1949, p. 2). No dia 14, uma reunião no apartamento do casal Maria de Lourdes Teixeira e José Geraldo Vieira juntou “a família intelectual paulista”, com a presença de Oswald, Vicente e Luis Washington, que conversavam sobre “um vindouro Congresso de Filosofia” e “do concurso para a cadeira de Filosofia da nossa Universidade que aqueles ilustres escritores (perdão ilustres filósofos) vão pleitear” (Helen, 1949, p. 15). No dia 21, a capa dedicava seção à instalação solene do IBF (INSTALOU-SE..., 1949, p. 1).

Os pensadores que viriam a fundar o IBF importavam modelos e ideias internacionais da mesma forma que a FFCL importara, quinze anos antes, a missão francesa. O I CBF, promovido pelo IBF em 1950, inspirou-se no Primer Congreso Nacional de Filosofía realizado em 1949 pela Universidad Nacional de Cuyo, em Mendoza, do qual Ferreira da Silva, Vita e outros ibeefianos

participaram, publicando seus textos ao lado de Benedetto Croce, Martin Heidegger, Nicolai Hartmann, Julián Marías e outros filósofos europeus e latino-americanos. Anos antes, em 1945, Ferreira da Silva fundara o Colégio Livre de Estudos Superiores – inspirado pelo Colegio Libre de Estudios Superiores fundado em Buenos Aires nos anos 1930 (O COLEGIO..., 1946, p. 32) –, por onde passaram Oswald de Andrade, Antonio Candido e José Arthur Giannotti<sup>6</sup>, antes de ingressar na USP – foi ali que o futuro orientando de Cruz Costa recebeu, das mãos do futuro adversário, a *Paideia* de Jaeger, a partir da qual leu “tudo até Platão”. Numa São Paulo “ainda muito acanhada e provinciana”, onde “mesmo os grupos antagônicos se sentiam unidos pelo exercício da ‘cultura’” (Giannotti, 2000, p. 99), o representante das primeiras gerações da FFCL foi introduzido à filosofia no circuito do qual se originaria, pouco depois, o IBF.

O cosmopolitismo uspiano também existia, mesmo antes do envio da “equipe de filósofos paulistas” da USP para a Universidade de Rennes, a partir de 1956 (Rodrigues, 2017, p. 66). Em 1948, Cruz Costa visitou as universidades de Yale, Harvard, Princeton e Columbia, entre outras, a convite do governo dos Estados Unidos, e foi nomeado conselheiro da *Library of Congress*; no ano seguinte, declinou tanto do III Congresso Interamericano de Filosofia, no México, quanto do congresso de Mendoza (ANUÁRIO, 1953, v. 2, p. 443), foro em que os adversários buscavam conquistar legitimidade.

A rede que formaria o IBF também tinha dimensões políticas influentes. Naquela reunião de 14 de outubro, o vereador Franchini Neto prometia apresentar na Câmara Municipal “um projeto de amparo” ao IBF (Helen, 1949, p. 15). Reale, que ganhara importância nos tempos da AIB, Reale foi nomeado em 1942 para o Departamento Administrativo do Estado de São Paulo – o Legislativo da Intervenção Federal de Vargas –, lá permanecendo até o fim do Estado Novo; e cofundou o Partido Social Progressista (PSP) de Adhemar de Barros, em 1946, do qual foi vice-presidente. Daí sua atuação como “secretário da Justiça e Negócios Interiores, que era, na época, a pasta política por excelência” (Reale, 1987, p. 203), e sua nomeação para o cargo de reitor da USP, em 1949, pelo mesmo Adhemar. Somadas às parcerias com a prefeitura e com o governo do estado, essas iniciativas davam ao IBF uma capilaridade política e intelectual que a ainda jovem FFCL não era capaz de organizar isoladamente.

---

<sup>6</sup> Giannotti relata que, através de Oswald, tomou conhecimento que Vicente “estava organizando, numa garagem que ele e seu irmão tinham na rua General Jardim, seminários sobre Platão. Eu passei a freqüentar essas reuniões e, portanto, a ler Platão” (Giannotti, 2000, p. 92)

A disputa converteu-se em litígio regimental porque, até a lei 851 de 7 de outubro de 49 – cinco dias depois do anúncio do concurso na imprensa e treze antes da instalação do IBF –, a FFCL não podia julgar a própria cátedra, competência que cabia ao Conselho Universitário. A nova lei, em plena vigência quando as inscrições se encerraram, determinou que as congregações com menos de dois terços de catedráticos fossem completadas por catedráticos efetivos de estabelecimentos congêneres ou por “pessoas de notório saber”, assegurando-lhes “autonomia para fins de concurso” (ANUÁRIO, 1952, p. 97 e nota). Ainda assim, “diante de dúvidas surgidas na sua interpretação”, o Conselho Técnico-Administrativo (CTA) entendeu que, “tal como nos concursos anteriores”, os processos fossem submetidos ao Conselho Universitário e que este funcionasse como Congregação, encaminhando-os à Reitoria em 6 de março de 1950 (ANUÁRIO, 1952, p. 98).

Todos os concursos até 1950 ocorreram nessas condições, de modo que não se trata de uma manobra da reitoria, mas de condição estrutural de uma faculdade jovem, cujo corpo docente efetivo ainda não atingira o patamar legal, de modo que a profissionalização dos quadros da FFCL era, também, uma condição para sua maioria institucional. Ocorre que o Conselho Universitário era presidido pelo reitor Miguel Reale. Acusar deliberação, neste caso, é precipitado, mas cabe registrar a coincidência de que a norma capaz de emancipar a Congregação foi promulgada na semana do anúncio do certame e não foi aplicada a ele.

As inscrições encerraram-se em 3 de março de 1950, com seis nomes: João Cruz Costa, Vicente Ferreira da Silva Filho, Renato Cirell Czerna, José Oswald de Souza Andrade, Luís Washington Vita e Heraldo Barbuy. As de Vita e Barbuy “foram aceitas condicionalmente, visto não possuírem diploma universitario” (ANUÁRIO, 1952, p. 97), porque o Regimento de Concurso da USP<sup>7</sup> os isentava da apresentação de diploma “quando a matéria em concurso for lecionada apenas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras” (ANUÁRIO, 1952, p. 98). Dois paradoxos: a ironia lei admitia como julgadores “pessoas de notório saber” sem exigência de diploma, no exato momento em que se contestava a inscrição de candidatos nesta condição; e a porta de entrada exigia que os candidatos do IBF reconhecessem a tese de que a filosofia só se ensinaria na FFCL – exatamente o que se discutia nos recursos..

Em sessão de 17 de março, o Conselho Universitário aceitou todas as inscrições, inclusive as condicionais, e escolheu para representá-lo na comissão examinadora de Filosofia os professores Alexandre Correa – professor da FD, fundador e tesoureiro do IBF –, e Arthur Versiani Velloso, da

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei nº 13.426, de 23 de junho de 1943, norma estadual decretada ainda durante o Estado Novo.

Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais – indicado pela reitoria, mas amigo pessoal de Cruz Costa. Em 20 de março, o CTA indicou os demais examinadores – Hermes Lima, Ivan Lins e Orlando M. de Carvalho –, tendo como suplentes Carlos de Campos, Sílvio Rabelo e Alceu de Amoroso Lima (ANUÁRIO, 1952, p. 99).

A composição merece atenção, porque é um sinal da densidade do campo. Em boa parte, era composta pelos autores catalogados nos inventários da década anterior: Hermes Lima foi o professor de Reale, e publicou na *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF), periódico do IBF, em 1955; em seu estudo de 1947, Reale cita o *Tobias Barreto* de Hermes Lima, e menciona Alceu Amoroso Lima – católico da revista *A Ordem* com publicações na RBF entre 1956 e 1981; cita Ivan Lins – fundador do IBF que publicou na RBF desde 1952 até 1975 – e Euryalo Cannabrava – fundador do IBF, publicou na RBF desde o primeiro volume até 1967, e polemizou com Giannotti em 1959 no III CBF. Sílvio Rabelo era o autor do *Farias Brito ou uma aventura do espírito* que Cruz Costa criticara na *Revista Bibliográfica* em 1942.

A Congregação da FFCL reagiu em 31 de março, protestando contra o aceite das inscrições condicionais e recorreu “ao Ministro da Educação e ao Conselho Nacional de Educação” (ANUÁRIO, 1952, p. 99). A disputa, na verdade, já existia pelo menos desde dez anos antes da conclusão do concurso: em agosto de 1944, Cruz Costa escrevera contando ao seu amigo Eurípedes Simões de Paula – diretor da FFCL durante todo o certame de 49 – que o diretor André Dreyfus o teria convidado “para fazer concurso em setembro de 45”, e reclamava da “politicagem na Congregação”, sugerindo que o “negócio de concurso com o Conselho Universitário também é outra encrenca”, e que se “na banca nós tivéssemos gente da Faculdade era bem melhor” (Cruz Costa *apud* Oliveira, 2012, p. 100).

As insatisfações também tinham contornos políticos contemporâneos. Em editorial de março de 1950 – quando a Congregação iniciava seus protestos – do *O Estado de S. Paulo* atribuído a Laerte Ramos de Carvalho (Feltran, 2013, p. 56), lia-se que os fatos eram “consequência da tremenda e imoral subversão de valores provocadas por um governo sem escrúpulos”, cujo responsável direto era o reitor; que a “lógica da politicagem ‘ademarista’” fora levada às últimas consequências por quem era “ao mesmo tempo um quase Rosenberg do ‘ademarismo’”; e que se instalara na Universidade “o regime do ‘nivelamento por baixo’, pretendendo fazer a qualquer custo, de seus amigos e protegidos, professores universitários” (A PROPÓSITO..., 1950, p. 3). A referência a Alfred Rosenberg – ideólogo nazista morto em Nuremberg quatro anos antes – era uma denúncia ao

passado integralista do reitor, e de sua posição de liderança no partido de Adhemar – à época, governador estadual.

Oswald de Andrade respondia à FFCL denunciando “uma grave sabotagem, interessada em transformar o concurso (...) numa simples nomeação de professor”, e lamentava que Cruz Costa, “beneficiário desta estranha tese de que só ele poderia concorrer”, fosse preferido em detrimento da “melhor vocação de filósofo que temos, que é Vicente Ferreira da Silva”; ele próprio, na qualidade de livre-docente, poderia ser “o único a concorrer com o emérito professor”. Protestava “contra qualquer golpe de ‘jiu-jitsu’ regimental que invalide a indicação legítima de ambos”, que “ficaria na história da Universidade como uma tristeza que viria tornar suspeito o resultado do concurso”. O artigo reconhece ainda a dimensão político-partidária do episódio, mencionando a possível candidatura de Miguel Reale ao governo do estado (Andrade, 1950, p. 6).

O primeiro volume da *RBF* ofereceu ainda outra resposta pública ao certame, na seção “Confrontos”, dedicada exclusivamente à acusação de plágio contra Versiani Velloso por artigo publicado na *Kriterion* de Belo Horizonte. No texto, Velloso, orador na sessão de abertura do I CBF, teria cometido “um despautério contra o I Congresso Brasileiro de Filosofia, de que participou”, ao sustentar “que, em todo o Brasil, sómente 57 (nem mais, nem menos...) ‘filósofos profissionais’ teriam o direito de tratar de problemas de filosofia”. Transcrevendo “outra crônica assinada por A. V. V.” e, “como contribuição de ‘apedeutas’”, um texto de Alfred Weber, a revista imprimiu os dois lado a lado (CONFRONTOS, 1951, p. 202-203), deixando claras a tradução direta, sem referência. O procedimento que Laerte Ramos de Carvalho e Reale aplicaram a Mont'Alverne agora dava corpo a acusações públicas de plágio contra um membro da banca examinadora do concurso.

O mesmo número inaugural da *RBF* trouxe a seção “Estará em crise a Universidade?”, com depoimentos de Benedetto Croce, José Ortega y Gasset e Jean Wahl, além do próprio Reale. O IBF mobilizou estes fundadores de institutos europeus como forma de legitimar a sua produção em face da “exclusão” de seus integrantes dos quadros de FFCL, e tornando a desqualificação em um tipo de credenciamento. Croce diagnostica que “a crise da Universidade está generalizada”, que “o verdadeiro saber a Universidade é incapaz de dar” e que ela “só será resolvida... fora da Universidade”, donde “a imperiosidade dos Institutos” (Croce, 1951, p. 193-195). Ortega y Gasset fala pelos que “abandonaram a Universidade (...) ou que foram impedidos de ingressar nos seus quadros docentes” (Ortega y Gasset, 1951, p. 197), enquanto Wahl descreve em Paris a mesma permeabilidade que em São Paulo, através do “extemporâneo antagonismo entre a Sorbona e o

Colégio, nem sempre manifesto, é verdade, pois alguns elementos pertencem a ambas as instituições” (Wahl, 1951, p. 199). Reale, por sua vez, situa a crise na redução da universidade à habilitação profissional (Reale, 1951, p. 328).

A tensão chegou às vias de fato em 7 de outubro de 1953, no auditório da Biblioteca Municipal, durante conferência de Heraldo Barbuy sobre “Hegel e o problema da liberdade”. O orador foi interrompido por gritos de “mentira” vindos da parte superior do auditório, e parte da audiência foi então tomar satisfações “em desagravo ao conferencista” ao final da exposição, desencadeando “cenas de pugilato entre os componentes dos dois grupos”. O jornal atribuiu o incidente a alunos da Faculdade de Filosofia, “em sua maioria comunistas”, revoltados contra a tese de Barbuy de que o marxismo nada tinha a ver com Hegel (INCIDENTES..., 1953, p. 2). Giannotti confessa ser o autor dos gritos e diz que protestara porque a noção de “soberano (*Fürst*) era tratado como se esse fosse o *Führer*”, e que a briga foi entre seus colegas e “uma turma da Faculdade de Direito” (Giannotti, 2000, p. 100). Na saída, Vicente Ferreira da Silva, aos gritos, acusava a comoção de ser uma “trama da Faculdade de Filosofia” (Giannotti, 2011, p. 17).

O certame encerrou-se em maio de 1954 e todos os candidatos, exceto Cruz Costa, foram eliminados por não possuírem diploma de filosofia – Vita e Barbuy sequer apresentaram diploma superior, enquanto os diplomas de direito de Ferreira da Silva e Czerna foram considerados insuficientes. Relatando outro concurso, o Anuário registrava com satisfação que “felizmente entre nós, o conceito de títulos num concurso cada vez mais se restringe aos trabalhos publicados”, ao passo que “as simples indicações de cargos, as posições ocupadas por nomeações de favor, às quais nem sempre é alheia a política partidária, já vão sendo relegadas, felizmente, para segundo plano” (ANUÁRIO, 1953, p. 213), desqualificando, ponto por ponto, o capital acumulado pelos ibeefianos – cargos, secretarias, reitoria, institutos, revistas – e “consagrando” o projeto da FFCL.

Cruz Costa concluiu sua prova de arguição com a mesma citação de Clóvis Beviláqua que encerrava o seu livro de 1945: “se algum dia pudermos alcançar mais significativa produção filosófica, ela não surgirá dos cimos da metafísica” (USP, 1954, p. 512) .

### **3. DESDOBRAMENTOS POLÍTICOS DA DISPUTA ENTRE IBF E FFCL**

Três meses depois de encerrado o certame, entre 9 e 16 de agosto de 1954, o IBF organizou o Congresso Internacional de Filosofia, reunindo nomes como Julián Marías, Carlos Astrada, Delfim Santos e Miró Quesada, ao lado dos ibeefianos Ferreira da Silva, Barbuy, Vita, Czerna, Van Acker e

Alexandre Correa (MEMBROS..., 1954, p. 4). A Comissão Executiva era presidida por Reale, com Cândido Motta Filho e Lívio Teixeira (da FFCL), e a Comissão de Honra tinha à frente o governador do Estado, o ministro da Educação, os presidentes da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, o prefeito Jânio Quadros, o reitor da USP e diretores de faculdades – entre eles Eurípedes Simões de Paula (CONGRESSO..., 1954, p. 13). Mesmo desclassificados do concurso por falta de títulos, o IBF articulava, no mesmo ano e na mesma cidade, a elite intelectual e política.

Anos mais tarde, em 11 de outubro de 1959, na sessão plenária do III CBF, realizado pelo IBF na FD, Giannotti – então assistente da cadeira de Filosofia da FFCL – tomou “um pedaço de giz” e registrou no quadro-negro as axiomáticas de Tarski e as que Euryalo Cannabrava acabara de apresentar, para exibir-lhes a coincidência. Cannabrava, antecipando-se, exclamou: “Ele vai dizer que eu plagiei o trabalho de Tarski!” – e ouviu a confirmação de Giannotti, que até sugeriu ao presidente do Congresso que ambos os sistemas fossem publicados nos anais, mas “o professor Reale objetou que tal providência não poderia ser adotada”. No dia seguinte, os dois sistemas saíram impressos lado a lado n’*O Estado de S. Paulo* (TESES..., 1959, p. 17), e o “prof. Gilles Gaston Granger, professor interino da cadeira de Lógica da Faculdade de Filosofia da USP”, argumentou que, embora não duvidasse da “boa-fé do prof. Cannabrava”, seus axiomas, em relação aos de Tarski, “não passam de simples variantes alfabética” (OS TRABALHOS..., 1959, p. 10).

Na década seguinte, a correspondência entre Cruz Costa e Velloso revelaria “arranjos operados por ambos em prol de bancas de concursos, de defesas de teses que, enfim, dialogassem com seus respectivos interesses”, permitindo-lhes mobilizar o prestígio que possuíam nas faculdades de filosofia nacionais para “atuar em todo o território nacional em oposição aos intelectuais (...) que se situavam politicamente à direita, como a maioria dos padres e juristas” (Oliveira, 2012, p. 90-91) – público que compunha a maioria dos membros do IBF.

É também para Velloso a carta em que Cruz Costa manifesta seu desejo de aposentar-se em 1965, diante da perseguição que sofria, mesmo dentro da universidade, por ser considerado um subversivo (Oliveira, 2012, p. 146). A banca examinadora da tese de livre-docência de Giannotti, em 1965, incluía o recém aposentado Cruz Costa, Versiani Velloso e Lívio Teixeira – cuja banca de livre-docência em 1955 também foi composta por Cruz Costa e Velloso (Oliveira, 2012, p. 89), e que, segundo este último, melhor teria sido se, no lugar de Teixeira, “o Fausto e o Giannotti” tivessem se inscrito “ao menos para fazerem seus títulos” (Velloso *apud* Oliveira, 2012, p. 89).

Embora Giannotti pretendesse escrever sobre a lógica de Husserl, teve de se contentar com o “trabalho modesto sobre Stuart Mill, dada a urgência em assegurar um lugar independente na Universidade” (Giannotti, 2011, p. 18) após o golpe de 1964 e a aposentadoria de Cruz Costa. Diz ainda que “nossa produção pagou tributo ao projeto institucional. As teses foram apressadas” (Giannotti, 2009, p. 4). Quase meio século depois, viria a questionar o preço da vitória em 49, observando que a Faculdade, “em vez de montar uma banca internacional, capaz de marcar o concurso com um novo padrão, ela lançou a semente do *inbreeding* que hoje a devora”, e que a exclusão foi, “de um lado, uma vitória do profissionalismo, mas de outro, o primeiro passo no sentido da burocratização” (Giannotti, 2009, p. 3; 2005, p. 17).

O seminário d’O *Capital*, levado adiante por essa nova geração de docentes da FFCL, “recrudesceu o antagonismo com o grupo ao redor de Miguel Reale” (Ferrer, 2012, p. 35). Ainda assim havia permeabilidade entre o IBF e seus adversários, mantendo vivos os laços cultivados por Ferreira da Silva, Candido, Corbisier, Jaguaribe, etc., desde o início dos anos 1940. De todo modo, a primeira década de existência do IBF foi marcada pelo progressivo afastamento entre os grupos que o conformavam – agora melhor demarcados –, sobretudo nos anos imediatamente antes e após o golpe cívico-militar de 1964.

Colaboradores desde a revista *Clima*, Corbisier e Ferreira da Silva fundaram, em 1948, a revista *Colégio*<sup>8</sup>, que recebera elogios, desde seu primeiro volume, de figuras como Sérgio Buarque de Holanda e Oliveira Vianna (Vianna, 1948; Buarque de Holanda, 1948). Posicionavam-se como anti-comunistas, denunciando o caráter antidemocrático da União Soviética já nos primeiros anos do pós-guerra; insistiam na prevalência dos valores cristãos e denunciavam o sufrágio universal, apostando no desenvolvimento da *cultura* como precedente necessário ao desenvolvimento econômico e moral do país (Corbisier, 1948a; 1948b).

Em 1955, o casal Ferreira da Silva fundou outra revista, a *Diálogo*, que dedicou seu volume 8, de 1957, com apresentação assinada por Antonio Candido, ao *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa – autor que manifestou explicitamente a influência de Vicente sobre seu pensamento (Chaves; Sousa, 2025, p. 373) – dando início à “prática de atualização da bibliografia rosiana [que] se tornou uma ‘tradição’, iniciada ainda na Revista *Diálogo*, de novembro de 1957” (Silva, 2022, p. 216). Miguel Reale e Renato Cirell Czerna também colaboraram com a revista.

---

<sup>8</sup> A *Colégio* foi o primeiro veículo a publicar textos de Hilda Hilst (Wanderley, 2023) e alguns contos de Lygia Fagundes Telles – que, por intermédio do então marido Goffredo Telles Jr., esteve sempre presente nos círculos do IBF.

A bibliografia sobre a formação do ISEB data o ano de 1952 como marco do rompimento entre os círculos paulistas ligados ao IBF e os futuros isebianos cariocas (Lovatto, 2004, p. 60; Bariani, 2005, p. 250)<sup>9</sup>. Contudo, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier – cofundadores do IBF e do ISEB – publicaram na *RBF* até 1954, já no segundo ano dos *Cadernos do Nosso Tempo* e do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), figurando da lista de colaboradores efetivos da *RBF* até 1962 e 1967, respectivamente. Reale e vários outros ibefianos também constam do Conselho Consultivo do ISEB, já em 1956 (Vieira Pinto, 1956, p. 2; Weffort, 2006, p. 302).

Já no início dos anos 1960, a “ala católica” do IBF, representada por nomes como Vicente Ferreira da Silva, Gilberto de Mello Kujawski e João Pedro Galvão de Souza, fundou o grupo Convívio e passou a publicar a revista *Convivium* (1962), financiado pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) – o complexo IPES/IBAD, *think tank* criado para a divulgação do ideário anticomunista, ligado à Escola Superior de Guerra (ESG) e ao empresariado paulista (LANÇADA... 1962; Dreifuss, 1981). Nesse ponto de sua trajetória, o instituto já estava constituído enquanto mecanismo da sociedade civil engajado na produção do consenso e na preparação da coerção – um aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 1999, v. 3, p. 119 e 254-255).

Paralelamente, o secretário-geral do IBF, L. W. Vita, elencava lado a lado, sob o título de principais pensadores brasileiros da época, Álvaro Vieira Pinto, Miguel Reale e Vicente Ferreira da Silva, em seu *Tríptico de Idéias* (Vita, 1967). Já em sua *Antologia do pensamento social e político no Brasil* (Vita, 1968), o secretário do IBF deixava claro que esta obra surgiu a partir de incumbência que “recebera de Roland Corbisier, então Diretor do ISEB, (...) não concretizada por motivos que não vêm agora a pêlo” (Vita, 1968, p. 9). O ISEB foi extinto logo após o golpe cívico-militar de 1964, que Vita definiu como uma “contra-revolução”, mantendo o “indiscutível sentido conservador, (...) com um amplo apoio de tôdas as classes, atenta a burguesia latifundiária na defesa de seus interesses perturbados, alienada a pequena burguesia, (...) enquanto o proletariado se omitia”, atitudes que, em sua análise, prevaleciam desde 1932 (Vita, 1967, p. 22). Miguel Reale, por sua vez, definiu a “revolução de março” de 1964 como o “último elo que é de um processo revolucionário e de auto-afirmação nacional que teve início em 1922” (Reale, 1965, p. 10).

## CONCLUSÕES FINAIS

---

<sup>9</sup> Posição anteriormente também sustentada por este autor (Mussi; Oliveira, 2025). A correção decorre de evidência documental não considerada àquela ocasião.

A vitória de Cruz Costa foi uma vitória da profissionalização do campo sobre a tradição ensaística e bacharelesca que a precedera. Mas a rede que o IBF organizou nos anos 1940 não dependia da cátedra e sobreviveu à sua perda, intercalando vitórias e derrotas tanto na academia quanto na política institucional. No mesmo ano da derrota no certame, organizou um congresso internacional que reuniu governador, ministro e prefeito; fundou, na década seguinte, uma revista financiada pelo complexo IPES/IBAD; e viu seu presidente justificar o golpe de 1964 como continuação de 1922, antes de retornar à reitoria da USP em 1969, quando implantou o serviço de inteligência da ditadura na universidade e conduziu a reforma universitária da qual se originaria a FFLCH (USP, 2018).

As fronteiras que o concurso desenhou não preexistiam a ele, e tampouco se mantiveram estáveis depois, e por isso convém não converter a trajetória do IBF numa trajetória homogênea de seus membros. O secretário-geral do IBF definia o golpe de 64 como contra-revolução no mesmo período em que seu presidente o saudava; Corbisier e Jaguaribe passaram do IBF ao ISEB sem romper de imediato com a *RBF* ou com Vita; e José Arthur Giannotti, orientando de Cruz Costa, fora introduzido à filosofia no circuito que precedeu o IBF. Em 1957, Giannotti ainda brigava “com os Canabravas e os Vicentes, mostrando a todo mundo as suas burrices e as suas contradições, as suas charlatanices”, embora preferisse “antepor-se a eles com um trabalho produtivo” (Giannotti, 1957, *apud* Rodrigues, 2017, p. 67); e em 1959, acusava Cannabrava de plágio no congresso do IBF, mostrando que a polêmica dos anos 1940 seguiu viva por mais uma década.

A análise do campo descreve o que ocorreu na cátedra como a autonomização de um espaço profissional, momento em que o capital político deixou de se converter em legitimidade acadêmica. Descrita assim, a derrota do IBF é um *obstáculo* que os relega à condição de marginais acadêmicos – foi essa, aliás, a versão que eles próprios difundiram, e que a *RBF* já ensaiava em 1951, convocando Croce, Ortega y Gasset e Wahl para converter a exclusão em prova de superioridade. Acaba obscurecido, porém, que a saída do campo não foi saída da história: os mesmos derrotados organizaram, no mesmo ano, um congresso com governador, ministro e prefeito, e três deles instituíram o ISEB – como ministro e diretores – no ano seguinte.

Este trabalho procurou demonstrar, enfim, que a institucionalização da filosofia e das ciências sociais em São Paulo não se fez apenas pela consolidação dos quadros universitários, mas também por meio de institutos extra-universitários que disputavam, com armas próprias, a definição do que contaria como pensamento legítimo, mobilizando redes iniciadas ainda no modernismo dos

anos 1910-20. A aposta é que as categorias gramscianas – intelectuais, ideologia, cultura, hegemonia – permitem encarar o fechamento do campo acadêmico como *condição*, e não obstáculo, da reorganização desses intelectuais, inclusive no interior do Estado. A sua reprodução nunca dependeu da validação por pares, visto que se apresentavam como herdeiros de uma linhagem jusfilosófica anterior à universidade e indiferente a ela – intelectuais tradicionais, na acepção de Gramsci –, e foi como quadros de projetos de classe que se reorganizaram na década seguinte. Em Gramsci, a distinção entre sociedade civil e sociedade política é metodológica, e não orgânica; e essa interdependência é demonstrada pela trajetória do IBF, que exerceu sua presença sobre a cultura e sobre o Estado, simultaneamente, pelo consenso e pela coerção.

Fica por fazer o exame sistemático dos desdobramentos das relações entre FFCL, IBF e ISEB, que tornaram-se abertamente beligerantes após 1964.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald. 3 Linhas e 4 Verdades. *Folha da Manhã*, São Paulo, 01 jun. 1950, p. 6.
- A PROPÓSITO DOS CONCURSOS NA UNIVERSIDADE. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 25 mar., 1950.
- ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1939-1949). v. 1-2. São Paulo: Seção de Publicações FFCL-USP, 1953.
- \_\_\_\_\_: (1950). São Paulo: Seção de Publicações FFCL-USP, 1952.
- \_\_\_\_\_: 1952. São Paulo: Seção de Publicações FFCL-USP, 1954.
- ARANTES, Paulo. E. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- BARIANI, Edison. Uma intelligentsia nacional: Grupo de Itatiaia, IBESP e os Cadernos de Nosso Tempo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 18, n. 44, maio/ago. 2005. p. 249-256.
- BIANCHI, Alvaro. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. *Rev. Bras. de Ciê. Soc.*, São Paulo, v. 34, n. 99, e349915, 2019.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. [Carta à redação]. *Colégio*, São Paulo, v. 2, p. 191, jul. 1948b.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. A lógica de Monte Alverne. *Boletim da FFCL*, LXVII, Filosofia n. 2. São Paulo: USP, 1946, p. 37-77.
- CHAVES, Reginaldo S.; SOUSA, Harlon H. de L. Travessias pelo mito: Guimarães Rosa e o grupo da Diálogo Revista de Cultura (1957). *Intellectus*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2025. p. 359-383.
- CONGRESSO Internacional de Filosofia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 ago. 1954, p. 13.
- CONFRONTOS. *Rev. Bras. de Filo.*, v. 1, n. 1-2, 1951, p. 202-208.
- CORBISIER, Roland. Apresentação. *Colégio*, São Paulo, v. 1, p. 3-15, mai. 1948a.
- \_\_\_\_\_. Responsabilidade das Elites. *Colégio*, São Paulo, v. 2, p. 3-18, jul. 1948b.

CROCE, Benedetto. Estará em crise a universidade? *Rev. Bras. de Filo.*, n. 1, v. 1, jan./mar., 1951, p. 193-195.

CRUZ COSTA, João. *A filosofia no Brasil: ensaios*. Porto Alegre: Globo, 1945.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à história das idéias no Brasil*. São Paulo: José Olympio, 1956.

\_\_\_\_\_. O pensamento brasileiro. *Boletim da FFCL*, LXVII, Filosofia n. 2. São Paulo: USP, 1946, p. 3-35.

DREIFUSS, René A. 1964: *A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classes*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FELTRAN, Ana Beatriz M. *O ensino superior em O Estado de São Paulo: uma análise dos editoriais de Laerte Ramos de Carvalho sobre a USP (1947-1964)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERRER, Sidney Rodrigues. *Marginal e Apátrida na filosofia brasileira: uma análise sociológica sobre Vilém Flusser*. 2012. 152 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GIANNOTTI, José Arthur. Entrevista com Arthur Giannotti. *Tran/Form/Ação*, v. 34 (esp.), p. 15-23, 2011.

\_\_\_\_\_. *Entrevista concedida a Daisy Perelmutter*. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, Projeto História Oral, 12 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. José Arthur Giannotti (1930). In: NOBRE, Marcos; REGO, José Márcio (orgs.). *Conversas com filósofos brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 91-118.

\_\_\_\_\_. Lembranças. *Informativo da FFLCH-USP*, n. 51, abr., 2009. p. 1-4.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Ed. e trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 v.

GRIFO 7. *Folha da Manhã*, São Paulo, 02 out. 1949, p. 2.

HELEN. A reunião de quinta-feira. *Folha da Manhã*, São Paulo, 16 out. 1949, p. 15.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE FILOSOFIA. *Folha da Manhã*, São Paulo, 01 out. 1949, p. 7.

INCIDENTES durante a conferencia de ontem. *Folha da Manhã*, São Paulo, 08 out. 1953, p. 2.

INSTALOU-SE ontem o Instituto Brasileiro de Filosofia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 out. 1949, p. 1.

LANÇADA nova revista cultural. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1962, p. 8.

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe – os tempos do Iseb. *Lutas sociais*, v. 3, 2004, p. 59-88.

LYNCH, Christian, E. C. Ideologias do Pensamento Político Brasileiro. *Dados*, v. 69, n. 1, 2026. p. 1-44.

MEMBROS do I Congresso Internacional de Filosofia almoçam no SESI. *Folha da Manhã*, São Paulo, 12 ago. 1954, p. 4.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Rev. Bras. de Ciê. Soc.*, São Paulo, n. 5, v. 2, 1987.

MUSSI, Daniela X. H.; OLIVEIRA, Aurélio. Miguel Reale: o “Croce brasileiro”? *SciELO Preprints*, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13222>.

O Colegio Livre de Estudos Superiores. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 abr. 1946, p. 32.

OLIVEIRA, Francini V. *Fantasmata da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ORTEGA Y GASSET, José. Estará em crise a universidade? *Rev. Bras. de Filo.*, p. 195-197, n.1, v. 1, jan./mar., 1951.

OS TRABALHOS de ontem no Congresso Nac. de Filosofia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 13 out. 1959, p. 10.

PAIM, Antonio. *Problemática do culturalismo*. Porto Alegre: CEFIL, 1995.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

REALE, Miguel. A doutrina de Kant no Brasil (Notas à margem de um estudo de Clovis Beviláqua). *Revista da Faculdade de Direito*, USP, v. 42, 1947, p. 51-96. Parte 1.

\_\_\_\_\_. A doutrina de Kant no Brasil (Conclusão). *Revista da Faculdade de Direito*, USP, v. 43, 1948, p. 113-145.

\_\_\_\_\_. *A Filosofia em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1962.

\_\_\_\_\_. *Cinco temas do culturalismo*. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. Estará em crise a universidade? *Rev. Bras. de Filo.*, n. 1, v. 3, jan./mar. 1951, p. 324-329.

\_\_\_\_\_. *Imperativos da revolução de março*. São Paulo: Martins, 1965

\_\_\_\_\_. *Memórias*, v. 2, 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

\_\_\_\_\_. Miguel Reale: Professor catedrático de Filosofia do Direito. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, v. 36, n. 1-2, p. 21–32, 1941.

REITORIA da Universidade. *Folha da Manhã*, São Paulo, 23 set. 1949, p. 2.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e ‘um seminário’ (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. Um departamento municipal no ultramar francês: o cosmopolitismo de José Arthur Giannotti. *Campos*, n. 18, v. 1-2, 2017, p. 61-87.

SILVA, Gustavo C. O banco de dados bibliográfico João Guimarães Rosa. *Rev. Bras. de Lit. Comp.*, v. 24, n. 46, 2022. p. 215-223.

SILVEIRA, Matheus H. A Educação Superior “livre” entre Brasil e Argentina: o Colegio Libre de Estudios Superiores e a Escola Livre de Estudos Superiores. *Hist. educ. ann.*, Buenos Aires, v. 26, n. 1, ago. 2025.

TESES e comunicações apresentadas ao Congresso Nacional de Filosofia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 out 1959, p. 17.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). *Comissão da Verdade da Universidade de São Paulo. Relatório Final: v. 1: A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade de São Paulo*. São Paulo: USP, 2018.

\_\_\_\_\_. Concurso para a Cátedra de Filosofia da FFCL/USP. *Revista de Hist.*, São Paulo, v. 8, n. 18, p. 510–512, 1954.

VIANNA, Oliveira. [Carta à redação]. *Colégio*, São Paulo, v. 2, p. 191, jul. 1948.

VIEIRA PINTO, Alvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1956.

VITA, Luís Washington. *Antologia do pensamento social e político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. *Tríptico de Idéias*. São Paulo: Grijalbo, 1967.

WAHL, J. Estará em crise a universidade? *Rev. Bras. de Filo.*, São Paulo, n. 1, v. 1, jan./mar., 1951. p. 197-199.

WANDERLEY, Milena K. S. Literatura em revista: quatro poemas de Hilda Hilst no periódico Colégio Revista de Arte e Cultura (1948-1949). *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 50, p. 122-146, jul./dez. 2023.

WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

#### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

#### **FINANCIAMENTO:**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), Processo nº 88887.240489/2025-00.

#### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

**Aurélio de Souza Oliveira:** Conceptualização, Metodologia, Investigação, Análise Formal e Interpretativa, Validação, Supervisão, Redação.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara que não há conflito de interesses a mencionar.

**DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA):** A ferramenta de inteligência artificial Claude, versão Opus 5, da Anthropic, foi utilizada exclusivamente para auxiliar na revisão gramatical do texto. O autor revisou o conteúdo resultante e assume integral responsabilidade pelo conteúdo do manuscrito.

#### **MINIBIOGRAFIA DO AUTOR DO PAPER**

**Aurélio de Souza Oliveira:** Pesquisador do Laboratório de Pensamento Político (PePol-Unicamp). Doutorando e mestre pelo PPG em Ciência Política (Unicamp), área de História do Pensamento Político. Graduado em Ciências Sociais (Unicamp) e Direito (PUC-Campinas).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.